

HABEAS CORPUS Nº 494.972 - SP (2019/0053781-8)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : SATURNINO RIBEIRO DO NASCIMENTO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : SATURNINO RIBEIRO DO NASCIMENTO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio impetrado em favor de **SATURNINO RIBEIRO DO NASCIMENTO**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

O paciente foi preso em flagrante sendo a prisão convertida em preventiva no dia 1º/3/2016, pela suposta prática dos crimes tipificados nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006.

O paciente impetrou o presente *writ*, de próprio punho, alegando constrangimento ilegal ante o indevido excesso de prazo na formação da culpa e requereu que lhe fosse concedida liberdade provisória.

O Tribunal de origem prestou informações requeridas e, posteriormente, a Defensoria Pública foi intimada para requerer o que entendesse de direito em favor do paciente. Desta feita, a Defensoria ratificou as alegações do paciente, afirmando que "o paciente encontra-se preso cautelarmente desde 01.03.16, ou seja, há mais de 3 anos e 2 meses, pelo processo 0004319- 65.2016.8.26.0320 da 1ª Vara Criminal de Limeira, tempo que já excede em muito prazo razoável para o término da instrução penal, situação que agrava o constrangimento ilegal pelo qual passa".

Destacou que o paciente é primário, possui bons antecedentes e tem residência fixa.

Acrescentou que não há motivos para a manutenção da prisão cautelar, ante a ausência de elementos capazes de justificar a custódia, sendo certo que a gravidade e natureza do crime de tráfico e os argumentos genéricos da garantia da ordem pública e da natureza hedionda do delito são inidôneos para justificar a medida extrema.

Portanto, não há motivos para se manter a prisão cautelar do paciente, eis que decretada sem qualquer fundamento idôneo, além de ultrapassar lapso temporal razoável.

Requer a concessão da ordem e que seja determinada a liberdade provisória do paciente.

Informações apresentadas pelas instâncias de origem (e-STJ, fls. 23-137).

O Ministério Público Federal manifestou-se pela não concessão da ordem (e-STJ, fls. 156-159).

É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Passo à análise das razões da impetração, de forma a verificar a ocorrência de flagrante ilegalidade a justificar a concessão do *habeas corpus* de ofício.

Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

No caso dos autos, o Juízo de primeiro grau converteu a prisão em flagrante em preventiva sob seguintes fundamentos:

“Frise-se desde já que a nova redação do art. 282 do Código de Processo Penal prevê expressamente que as medidas cautelares devem observar sua necessidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou instrução criminal, bem como ser ela adequada à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado.

E no caso em exame, se porventura adveio diploma legal omitindo a vedação da concessão de liberdade provisória mesmo nas hipóteses de tráfico de entorpecentes, isto sempre estará adstrito à existência dos requisitos que autorizam uma prisão cautelar, sendo justamente o que se vê no caso em tela.

Os investigados foram detidos, por Policiais Militares e Agentes da Polícia Federal, sendo abordados na Posto de Combustível Ipiranga, situado na altura do nº 1516 da Av. Major José Levi Sobrinho, que após busca pessoal em todos os suspeitos e busca veicular em ambos os veículos, foi localizada determinada quantidade de substância aparentando ser pasta base de cocaína, acondicionada em tabletes, localizadas em um compartimento oculto no interior do painel do veículo FIAT/PUNTO, e no veículo FIAT/SIENA foi localizada determinada quantidade em dinheiro e diversos aparelhos celulares em posse de Saturnino e outros celulares com Ana Beatriz.

Logo, percebe-se a ofensa que causa à ordem pública a concessão de liberdade provisória para quem se vê acusado de tão grave delito.

Portanto, sendo regular a manutenção da prisão processual, justificável para garantia da ordem pública, inexistem motivos para sua revogação.

Anote-se ainda que a decretação da prisão preventiva é adequada à gravidade do crime de tráfico.

E efetivamente inadequadas as demais medidas cautelares, pois comparecimentos periódicos em Juízo não se coadunam com a acusação de prática de crime grave, havendo ofensa à aplicação da lei penal e à própria instrução criminal.

Quanto à proibição de acesso ou frequência a determinados lugares, de ausência da Comarca ou recolhimento domiciliar, são medidas de difícil fiscalização e de fácil descumprimento, também não se ajustando à finalidade precípua das medidas cautelares, ou seja, garantia a aplicação da lei penal e à correta instrução criminal.

A respeito do monitoramento eletrônico do réu ou indiciado, desconhecida a disponibilização de tal aparelhamento ao Juízo, bem como quem será responsável por tal monitoramento, ainda mais sendo conhecida a penúria do quadro pessoal dos serventuários da Justiça.

Nestes termos, CONVERTO a prisão em flagrante de Saturnino

Ribeiro do Nascimento, Dalila Araújo dos Santos, Bruna Gonçalves de Souza e Ana Beatriz dos Santos Barsanti em PRISÃO PREVENTIVA, com fundamento no artigo 310, inciso II, c.c. os arts. 311, 312 e 313. inciso I todos do Código de Processo Penal, expedindo-se o competente mandado de prisão.” (e-STJ, fls. 103/104.)

O Tribunal de origem, por sua vez, ao manter o decreto cautelar do paciente consignou que:

"Ao que se apurou até agora, o paciente foi preso, em flagrante delito, em 01 de março de 2016, juntamente com Dalila Araújo dos Santos, Bruna Gonçalves de Souza e Ana Beatriz dos Santos Barsanti, por terem infringido em tese aos artigos 33 e 35, ambos da Lei 11.343/2006, sob a acusação de estarem transportando, para comercialização com terceiros, aproximadamente 24,8 Kg de cocaína, acondicionada em 23 tabletes e cerca de 50 g de maconha.

E evidente que as medidas cautelares alternativas não se aplicam ao caso em tela, uma vez que não se mostram suficientes, adequadas e proporcionais à gravidade do fato, à personalidade do agente e às circunstâncias que o envolve.

Não há que se falar em ofensa ao princípio da presunção de inocência e nem de infringência ao princípio da dignidade humana em razão da não concessão da liberdade provisória, quando a necessidade da custódia cautelar está demonstrada pelos fatos e pressupostos contidos nos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal.

Portanto, em face da presença dos requisitos autorizadores da prisão preventiva, inexistente constrangimento ilegal a ser sanado pela estreita via do *mandamus*.

Conclui-se que a digna autoridade impetrada agiu em perfeita conformidade com a lei e não se vislumbra qualquer ato que justifique a concessão da ordem.” (e-STJ, fls. 108-110.)

Como se vê, a custódia cautelar encontra-se suficientemente fundamentada, visto que, quando da prisão em flagrante do paciente, foram apreendidos 24,8kg de cocaína, acondicionada em 23 tabletes e cerca de 50g de maconha, o que – na medida em que indica a gravidade em concreto da conduta delituosa –, justifica a segregação cautelar para garantia da ordem pública, consoante pacífico entendimento desta Corte, no sentido de que a quantidade, a natureza e a diversidade dos entorpecentes encontrados podem servir de fundamento ao decreto de prisão preventiva.

A propósito, confirmam-se estes julgados:

"PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO. SENTENCIADO EM 5 ANOS DE RECLUSÃO. REGIME INICIAL FECHADO. NEGADO O DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA. GRANDE QUANTIDADE E VARIEDADE DE DROGAS. FUNDADO RECEIO DE REITERAÇÃO DELITIVA. *HABEAS CORPUS* NÃO

CONHECIDO.

[...]

II - A prisão cautelar deve ser considerada exceção, já que, por meio desta medida, priva-se o réu de seu *jus libertatis* antes do pronunciamento condenatório definitivo, consubstanciado na sentença transitada em julgado. É por isso que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, *ex vi* do artigo 312 do Código de Processo Penal.

III - Na hipótese, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, que evidenciam que a liberdade do ora paciente acarretaria risco à ordem pública e fundado receio de reiteração delitiva, por se ter comprovado que o réu faz do comércio ilícito de entorpecentes seu meio de vida, já que com ele e outra corré foram apreendidos mais de 123g (cento e vinte e três gramas) de 'maconha' e 1,92 (um grama e noventa e dois centigramas) de 'cocaína', tudo isso a indicar maior desvalor da conduta perpetrada, além do risco iminente de reiteração delitiva.

Habeas corpus não conhecido." (HC 403.933/SP, rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, j. 14/9/2017, DJe 25/9/2017.)

"PROCESSUAL PENAL E PENAL. *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. QUANTIDADE DE DROGA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. *HABEAS CORPUS* DENEGADO.

1. Apresentada fundamentação concreta para a decretação da segregação cautelar, evidenciada na expressiva quantidade da droga apreendida, qual seja, 229g de maconha, 32g de cocaína e 2g de crack, não se há falar em ilegalidade do decreto de prisão preventiva.

2. *Habeas corpus* denegado." (HC 428.677/SP, rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, j. 6/3/2018, DJe 14/3/2018.)

Desse modo, não se verifica ilegalidade que justifique a concessão da ordem pelo Superior Tribunal de Justiça.

Já o excesso de prazo não pode ser estimado de modo meramente aritmético, devendo ser considerado em razão das peculiaridades de cada caso.

Ademais, para ser considerado injustificado o excesso na custódia cautelar, deve a demora ser de responsabilidade da acusação ou do Poder Judiciário, situação em que o constrangimento ilegal pode ensejar o relaxamento da segregação antecipada.

A propósito, vejam-se estes precedentes:

"*HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. (I) PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. PRETENDIDA REVOGAÇÃO. (II) AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NÃO REALIZADA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. (III) ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. COMPLEXIDADE DO FEITO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. (IV) CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO

CONFIGURADO.

1. Não foi enfrentada pela Corte estadual a matéria referente ao suposto constrangimento ilegal por ausência da audiência de custódia, motivo por que este Tribunal Superior fica impedido de analisá-la, sob pena de indevida supressão de instância (Precedentes).

2. 'A questão do excesso de prazo na formação da culpa não se esgota na simples verificação aritmética dos prazos previstos na lei processual, devendo ser analisada à luz do princípio da razoabilidade, segundo as circunstâncias detalhadas de cada caso concreto' (HC 331.669/PR, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, j. em 10/3/2016, DJe de 16/3/2016).

3. Caso em que o processo penal está seguindo ritmo adequado e proporcional às características do processo, que conta com algumas testemunhas arroladas, inclusive pela defesa, que dependem da expedição de várias precatórias para a sua oitiva, além de outras diversas diligências e outros pedidos para serem analisados pelo Magistrado singular. Note-se, inclusive, que, no dia 1º/11/2016, vale dizer, até mesmo após a impetração deste writ, o acusado requereu a realização de novas diligências pelo Juízo, o que, decerto, atrasaria o desenrolar da demanda.

4. Em não se verificando a alegada desídia da autoridade judiciária na condução da demanda, não há falar em constrangimento ilegal. Ao revés, nota-se que o Magistrado procura imprimir à ação penal andamento regular (Precedentes).

6. Ordem de *habeas corpus* parcialmente conhecida e, nesse particular, denegada, com recomendação de urgência no prosseguimento do feito ao Juízo singular." (HC 372.891/SP, rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, j. 7/2/2017, DJe 2/3/2017.)

"RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. NATUREZA E VARIEDADE DA DROGA APREENDIDA. INAPLICABILIDADE DE MEDIDA CAUTELAR ALTERNATIVA. EXCESSO DE PRAZO PARA O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO NÃO VERIFICADO. PLURALIDADE DE RÉUS E NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. TRÂMITE NORMAL. RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS* DESPROVIDO.

1. Esta Quinta Turma possui firme entendimento no sentido de que a manutenção da custódia cautelar por ocasião de sentença condenatória superveniente não possui o condão de tornar prejudicado o *writ* em que se busca sua revogação, quando não agregados novos e diversos fundamentos ao decreto prisional primitivo.

2. Em vista da natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP. Deve, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar

diversa, nos termos do previsto no art. 319 do CPP.

No caso dos autos, presentes elementos concretos a justificar a imposição da segregação antecipada. As instâncias ordinárias, soberanas na análise dos fatos, entenderam demonstrada a periculosidade da recorrente, evidenciada pela variedade e natureza da droga apreendida em seu poder (12 pedras de crack, 1 bucha de cocaína, 5 tabletes e um pezinho de maconha).

Quanto às alegações de excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal, verificou-se, em consulta ao andamento processual disponível no endereço eletrônico do Tribunal de origem, que o processo segue o trâmite regular, tendo em vista a pluralidade de réus e a necessidade de expedição de cartas precatórias, o que retarda a marcha processual.

Nesse contexto, não há, pois, falar em desídia do Magistrado condutor, que tem diligenciado no sentido de dar andamento ao processo, não podendo ser imputado ao Judiciário a responsabilidade pela demora.

Recurso ordinário em *habeas corpus* desprovido." (RHC 77.854/RS, rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, j. 16/2/2017, DJe 24/2/2017.)

Segundo informação do Tribunal de origem:

"No curso do procedimento, foi realizada a prisão em flagrante do ora paciente, juntamente com as corrés Dalila Araújo dos Santos, Bruna Gonçalves de Souza e Ana Beatriz dos Santos Barsanti.

Em 1º de março de 2016, por r. decisão prolatada nos autos da Ação Penal nº 0004319-65.2016.8.26.0320, da Primeira Vara Criminal da Comarca de Limeira, foi convertida em preventiva a custódia em flagrante, determinando-se a expedição de mandado de prisão, cumprido aos 04 de março seguinte.

Aos 22 de março de 2016, foi oferecida denúncia, dando o paciente como incurso nos arts. 33, caput, e 35, caput, c.c. o art. 40, V, todos da Lei Antidrogas. Em 15 de abril subsequente, o Juiz *a quo* determinou sua notificação para responder à acusação por escrito.

Apresentada a resposta à acusação em 23 de maio de 2016, o Magistrado, por r. decisão exarada aos 28 de setembro seguinte, designou audiência de instrução, debates e julgamento para o dia 25 de outubro subsequente por videoconferência.

Na data aprazada, foi determinado o desmembramento dos autos com relação às corrés Dalila, Bruna e Ana Beatriz e designado o dia "03 de agosto p. futuro" para audiência em continuação pelo Sistema de Videoconferência, com fundamento no art. 185, I e II, do Código de Processo Penal, posteriormente retificada a data para 29 de novembro de 2016 e redesignada para 02 de dezembro seguinte.

Aos 09 de novembro de 2016, o Magistrado determinou que a inquirição do agente federal Emerson Antonio Ferraro fosse realizada por carta precatória, dada baixa na pauta de audiências daquele Juízo e, após o retorno das cartas precatórias expedidas para oitiva de testemunhas arroladas pela Defesa, designado o interrogatório do réu.

Em 07 de março de 2017, com o retorno da carta precatória cumprida

com a inquirição do agente federal Emerson Antonio Ferraro, o Juiz ordenou a expedição de nova carta precatória à Comarca de Belo Horizonte-MG para inquirição da testemunha arrolada pela defesa Fernanda Meirelles Rocha, consignando que, após o retorno das precatórias de inquirição das testemunhas de defesa Valdeci e Fernanda, os autos deveriam tornar conclusos para designação de audiência de continuação de instrução, interrogatório, debates e julgamento.

Aos 15 de março de 2018, designou-se o dia 27 de março subsequente para audiência em continuação de instrução, interrogatório, debates e julgamento, sendo redesignado o ato para 08 de maio seguinte, diante da impossibilidade de apresentação de Saturnino na data.

Na data aprazada, a testemunha Fábio foi ouvida e o réu foi interrogado. O Magistrado concedeu o prazo de 05 dias para que as partes apresentassem suas alegações finais por memoriais, com fundamento no art. 403, § 3º, do Código de Processo Penal.

Apresentados os memoriais pelas partes, o feito aguarda a vinda das certidões de objeto e pé em nome de Saturnino, solicitadas pelo Parquet.

Anoto ainda constar, nos assentamentos eletrônicos da Secretaria desta Corte em relação à ação penal em comento, o registro dos Habeas Corpus nº 2071602-61.2016.8.26.0000 e 0009430-15.2019.8.26.0000, tendo sido aquele impetrado pela Defesa e este pelo próprio paciente. No primeiro, pleiteou a revogação da prisão preventiva ou sua substituição por medidas cautelares diversas do cárcere e, no segundo, sob alegação de que já teriam transcorrido quase 03 anos desde sua prisão, sem que se findasse a formação da culpa, sendo caracterizado excesso de prazo, requereu o relaxamento da custódia preventiva.

Aos 23 de junho de 2016, a Sétima Câmara de Direito Criminal, por votação unânime, denegou ordem à primeira impetração.

Os causídicos ingressaram com recurso ordinário, o qual foi encaminhado a esse Colendo Sodalício para apreciação, onde lhe foi negado provimento (RHC nº 75.803/SP). Esgotadas as vias impugnativas, ocorreu o trânsito em julgado.

A Turma Julgadora, aos 13 de março transato, sem discrepância de votos, denegou ordem ao segundo writ.

O feito está em fase de intimação das partes do teor do v. acórdão."

Não se verifica, no caso dos autos, ilegal mora processual atribuível ao Poder Judiciário ou aos órgãos encarregados da persecução penal. O feito tramita de maneira regular e conforme a sua complexidade, a considerar o número excessivo de réus e a necessidade de expedição de cartas precatórias.

Por fim, a jurisprudência desta Corte superior é firme no sentido de que a presença de condições pessoais favoráveis ao agente – como primariedade, domicílio certo e emprego lícito – não representa óbice, por si só, à decretação da prisão preventiva, quando identificados os requisitos legais da cautela.

Desse modo, não se verifica nenhuma ilegalidade a justificar a concessão da ordem por esta Corte.

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator

